

EDITAL DE PREGÃO Nº 02/17

MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

TIPO DE JULGAMENTO: menor preço por item

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:
9H do dia 20/02/2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: 9h15min do dia 20/02/2017.

**EDITAL DE PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
MONITORAMENTO POR CAMERAS COM MONITOR
NO PARQUE DE EVENTOS ITAMAR VEZENTINI DE
CANDELÁRIA.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 9h do dia 20 de fevereiro de 2016, junto a sala da Divisão de Licitações, localizada nos fundos da Prefeitura Municipal de Candelária, Sala 08, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO POR CAMERAS COM MONITOR NO PARQUE DE EVENTOS ITAMAR VEZENTINI DE CANDELÁRIA**. processando-se esta licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, e do Decreto Municipal nº 039, de 12 de maio de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014.

1- DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO POR CAMERAS COM MONITOR NO PARQUE DE EVENTOS ITAMAR VEZENTINI DE CANDELÁRIA**, conforme abaixo especificado:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO
1	mês	12	Serviço de monitoramento por câmeras - COM MONITOR NO LOCAL - no Parque de Eventos Itamar Vezentini – Av. Getulio Vargas, 1.900, com no mínimo 14 (quatorze) câmeras Infra Red externa. O serviço de monitoramento deve contar com no mínimo 01 monitor, devidamente treinado e uniformizado e que deverá cumprir a seguinte carga horária: - de Segunda a Sexta-feira – das 22:00 as 07:00; – Sábados, Domingos e feriados – 24 Horas.

- 1.2** A Contratada deverá prestar o serviço de monitoramento por câmeras de vídeo, nos locais acima relacionados, 24 horas diárias, sem interrupção, através de uma rede particular, disponibilizada e administrada pela contratada cujos custos deverão estar inclusos na proposta. Ainda, a empresa deverá disponibilizar acesso às imagens em tempo real à contratante.
- 1.3** Em caso de qualquer anormalidade em relação à segurança dos prédios e seus conteúdos, em qualquer horário e em qualquer dia, deverá a empresa contratada prestar a assistência que se fizer necessária, imediatamente, fazendo relato dos fatos e das providências adotadas.
- 1.4** Em relação ao serviço de monitoramento por câmeras, a empresa contratada deverá manter armazenadas as imagens por um período mínimo de 30 (trinta) dias, e disponibilizadas mediante solicitação da contratante.
- 1.5** A empresa contratada é responsável pelos equipamentos, que deverão ser disponibilizados em sistema de comodato, bem como é responsável pela instalação e todos os componentes necessários para o correto funcionamento do objeto licitado, de acordo com as normas técnicas, sendo que, em caso de avaria ou furto, a própria empresa deverá substituí-los.
- 1.6** No caso de ocorrerem problemas com o equipamento impedindo a prestação do serviço, a contratada devesse, imediatamente assim que constatado, tomar providências para a solução do problema.
- 1.6.1** Excepcionalmente, no caso de avarias ao equipamento devido à fatores externos e devidamente justificado, será concedido um prazo de 24 horas para a substituição ou manutenção do equipamento avariado.
- 1.7** Referente ao Serviço de monitoramento por câmeras – COM MONITOR NO LOCAL - no Parque de Eventos Itamar Vezentini, a contratante disponibilizara uma guarita para a permanência do monitor e instalação do equipamento necessário.

1.8 O Município colocará a disposição um preposto para acompanhar os interessados em visita aos prédios onde será prestado o serviço, objeto da licitação em questão, sendo que este deverá fornecer o Atestado de Visita, assinado por ele e pelo responsável da empresa interessada.

1.9 No caso de haver omissão na prestação do serviço contratado, serão adotadas as providências cabíveis, pela contratante.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1 Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
EDITAL DE PREGÃO Nº 02/17
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE CANDELARIA
EDITAL DE PREGÃO Nº 02/17
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

c) para ambos

c.1) declaração, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

c.2) Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. Não apresentada a declaração da letra **c.1** do item **3.3**, a licitante será impedida de participar da licitação.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro então realizará o credenciamento das interessadas.

5. PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa (marca, modelo) das câmaras indicadas no objeto.

c) preço unitário líquido total, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. A proposta financeira deverá ser apresentada por item e o julgamento ocorrerá pelo valor global do item.

6.1.1 As propostas não poderão ultrapassar o valor máximo definido na Planilha de Quantitativo Unitário (ANEXO II).

6.2. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.3. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.4. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.5. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.6. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.6.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

6.7. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.7.1 A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a 1% (Um por cento).

6.8. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.9. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.10. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.11. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.13. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.14. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- d) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.15. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.16. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.17. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Compras e Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.18. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

c) Declaração que atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1 Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

7.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);

b) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

c) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011.

7.2 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.2.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensão, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.2.3 O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a licitante, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea a, deste edital.

7.3. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1 – Comprovante do registro ou inscrição da empresa na entidade profissional – CREA.

7.5.2 – Certidão de registro do responsável técnico da empresa proponente junto ao CREA.

7.5.3 - Prova de que a empresa possui no quadro funcional permanente profissional(is) de nível técnico, com formação atinente ao objeto licitado. No caso desse profissional ser empregado, a comprovação se dá mediante cópia da Carteira de

Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no caso de prestador de serviços, através de contrato de prestação de serviços.

7.5.4 Cópia do ato de registro junto ao Grupamento de Supervisão Vigilância e Guarda da Brigada Militar do Estado.

7.5.5 Alvará de funcionamento, expedido pelo Grupamento de Supervisão Vigilância e Guarda, da Brigada Militar, ou comprovante de pagamento das guias de renovação do alvará de funcionamento, para aquelas empresas que ainda não receberam o novo alvará.

7.5.6 Atestado de Visita realizada ao local onde será prestado o serviço, objeto da licitação em questão, assinado pelo preposto do Município e pelo responsável da empresa interessada. (ANEXO V)

7.5.7 Estará à disposição das empresas interessadas, junto a Prefeitura Municipal de Candelária, sita na Av. Pereira Rego, nº 1665, em Candelária, para acompanhar a vistoria ao local dos serviços, em horário de expediente, o servidor MOISÉS DUMMER (Favor ligar para 0xx51-3743-8100, ramal 219 e agendar a visita).

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS:

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais períodos, atendendo ao limite legal, e ao interesse e necessidade da contratante.

10.4 O prazo de instalação de todos os equipamentos necessários, em sistema de comodato, será de no máximo 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação, caso devidamente justificado.

11. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO:

11.1 O objeto contratado deverá ser realizado no Parque de Eventos Itamar Vezentini, conforme descrito relacionado no objeto.

11.2 O fiscal do contrato será o servidor TALEŠ HEINZE MACHADO, Coordenador dos Sistemas da Prefeitura.

12. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que terá início a partir da data de emissão do comprovante de vistoria emitido pelo Setor de Informática, por intermédio da Tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sob a seguinte dotação orçamentária: Órgão 11 – Unidade 01 – Ação 2065 – Elemento 3339039000000000.

13. DAS PENALIDADES:

13.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

13.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

13.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Quaisquer informações decorrentes de interpretação do Edital deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Candelária, na Divisão de Licitações, sito na Avenida Pereira Rego, nº 1665, ou pelo telefone/fax 51 3743-8106, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

14.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Compras e Licitações.

14.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

14.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

14.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

14.6. As cópias extraídas da internet dos documentos referidos nos item 7.1.3, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

14.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

14.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

14.10 Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o *site* www.candelaria.rs.gov.br de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

14.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Candelária para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Candelária, 23 de janeiro de 2017.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

DIONATAN TAVARES DA SILVA
Secretário Municipal da Administração,

Este Edital de Pregão nº 02/16 foi revisado em 23 de janeiro de 2017, e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

FRANCIÉLE SCHRÖDER
Assessora Jurídica
OAB/RS Nº 95.508

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Data: 23 de janeiro de 2017.

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:
9H do dia 20/02/2017.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: 9H 15MIN do dia 20/02/2017.

1. **Objeto:** O presente termo tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO POR CAMERAS COM MONITOR NO PARQUE DE EVENTOS ITAMAR VEZENTINI DE CANDELÁRIA.**

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO
1	MÊS	12	Serviço de monitoramento por câmeras - COM MONITOR NO LOCAL - no Parque de Eventos Itamar Vezentini – Av. Getulio Vargas, 1.900, com no mínimo 14 (quatorze) câmeras Infra Red externa. O serviço de monitoramento deve contar com no mínimo 01 monitor, devidamente treinado e uniformizado e que deverá cumprir a seguinte carga horária: - de Segunda a Sexta-feira – das 22:00 as 07:00; – Sábados, Domingos e feriados – 24 Horas.

2. Forma de execução dos serviços: O objeto contratado deverá ser realizado conforme descrito neste edital.

3. Do Pagamento: O pagamento do objeto licitado será efetuado mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente, por intermédio da Tesouraria do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

4. Dotação orçamentária: para o Item 01: Órgão 11 – Unidade 01 – Ação 2065 – Elemento 3339039000000000.

ANEXO II

PLANILHA DE QUANTITATIVO UNITÁRIO

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR. MÉDIO MENSAL (R\$)
1	12	MÊS	Serviço de monitoramento por câmeras - COM MONITOR NO LOCAL - no Parque de Eventos Itamar Vezentini – Av. Getulio Vargas, 1.900, com no mínimo 14 (quatorze) câmeras Infra Red externa. O serviço de monitoramento deve contar com no mínimo 01 monitor, devidamente treinado e uniformizado e que deverá cumprir a seguinte carga horária: - de Segunda a Sexta-feira – das 22:00 as 07:00; – Sábados, Domingos e feriados – 24 Horas.	7.868,33

ANEXO III

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da
.....(modalidade da licitação) nºque a
empresa

.....não foi
declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública,
nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que
comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos
da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica,
técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....

(data)

.....

(nome)

ANEXO V

ATESTADO DE VISTORIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/17

DADOS DA EMPRESA

NOME: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

Na qualidade de Representante da empresa acima descrita, declaro ter vistoriado o local onde será prestado o serviço, e reconheço ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual do objeto deste edital, bem como serem perfeitamente exequíveis conforme os quantitativos e preços propostos.

Candelária, ____ de _____ de ____.

Nome do Representante da Empresa

CPF:

MOISES DUMMER

Representante da Prefeitura Municipal de Candelária

ANEXO VI

CONTRATO Nº/2017 - MINUTA

Contrato para prestação de serviço de monitoramento por câmeras nos prédios da Prefeitura Municipal de Candelária, que celebram o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e a empresa, com base na Lei nº 8.666/93 e conforme o Pregão nº 02/2017.

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rego, nº. 1665, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa, com sede na Rua, nº, Bairro, em - RS, inscrita no CNPJ nº, representada neste ato pelo **Sr.**, na qualidade de proprietário da empresa, doravante denominada, simplesmente **CONTRATADA**, tem por justo e acordado o que segue:

DO OBJETO E DO VALOR:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Contratada deverá prestar ao Contratante o serviço abaixo descrito:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR. TOTAL (R\$)
1	12	MÊS	Serviço de monitoramento por câmeras - COM MONITOR NO LOCAL - no Parque de Eventos Itamar Vezentini – Av. Getulio Vargas, 1.900, com no mínimo 14 (quatorze) câmeras Infra Red externa. O serviço de monitoramento deve contar com no mínimo 01 monitor, devidamente treinado e uniformizado e que deverá cumprir a seguinte carga horária: - de Segunda a Sexta-feira – das 22:00 as 07:00; – Sábados, Domingos e feriados – 24 Horas.	

Perfazendo o total de R\$ (.....).

Parágrafo primeiro - A Contratada deverá prestar o serviço de monitoramento por câmeras de vídeo, nos locais acima relacionados, 24 horas diárias, sem interrupção, através de uma rede particular, disponibilizada e administrada pela contratada cujos custos deverão estar inclusos na proposta. Ainda, a empresa deverá disponibilizar acesso às imagens em tempo real à contratante.

Parágrafo Segundo: Em caso de qualquer anormalidade em relação à segurança dos prédios e seus conteúdos, em qualquer horário e em qualquer dia, deverá a empresa contratada prestar a assistência que se fizer necessária, imediatamente, fazendo relato dos fatos e das providências adotadas.

Parágrafo Terceiro: Em relação ao serviço de monitoramento por câmeras, a empresa contratada deverá manter armazenadas as imagens por um período mínimo de 30 (trinta) dias, e disponibilizadas mediante solicitação da contratante.

Parágrafo Quarto: A empresa contratada é responsável pelos equipamentos, que deverão ser disponibilizados em sistema de comodato, bem como é responsável pela instalação e todos os componentes necessários para o correto funcionamento do objeto licitado, de acordo com as normas técnicas, sendo que, em caso de avaria ou furto, a própria empresa deverá substituí-los.

Parágrafo Quinto: No caso de ocorrerem problemas com o equipamento impedindo a prestação do serviço, a contratada deverá, imediatamente assim que constatado, tomar providências para a solução do problema.

Parágrafo Sexto: Excepcionalmente, no caso de avarias ao equipamento devido à fatores externos e devidamente justificado, será concedido um prazo de 24 horas para a substituição ou manutenção do equipamento avariado.

Parágrafo Sétimo: Referente ao Serviço de monitoramento por câmeras – COM MONITOR NO LOCAL - no Parque de Eventos Itamar Vezentini, a contratante disponibilizara uma guarita para a permanência do monitor e instalação do equipamento necessário.

DA FORMA DE PAGAMENTO:

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA fará jus ao valor total de R\$ _____ (_____), que será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, sendo que terá início a partir da data de emissão do comprovante de vistoria emitido pelo Setor de Informática.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CLÁUSULA TERCEIRA - O pagamento previsto na Cláusula Terceira será consignado no Orçamento vigente sob a seguinte rubrica: Órgão 11 – Unidade 01 – Ação 2065 – Elemento 3339039000000000.

DO REGIME DE EXECUÇÃO:

CLÁUSULA QUARTA – O prazo de instalação de todos os equipamentos necessários, em sistema de comodato, será de no máximo 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação, caso devidamente justificado.

CLÁUSULA QUINTA - A nota fiscal/fatura deverá conter o número do pregão e a competência a qual a prestação do serviço cobrada se refere.

DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES:

CLÁUSULA SEXTA - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

Parágrafo Primeiro: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

Parágrafo Segundo: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Em caso de discrepância da prestação do serviço, em caso de vícios, defeitos ou incorreções, o contratado disporá de um prazo de 3 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

DO PRAZO:

CLÁUSULA NONA - O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar do dia posterior da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, atendendo ao limite legal, e ao interesse e necessidade da contratante.

DOS ANEXOS:

CLÁUSULA DÉCIMA – Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta apresentada pela Contratada, bem como o Pregão nº 02/2017 e seus anexos.

DO FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Quaisquer dúvidas, que em razão do Contrato venham a surgir entre as partes contratantes, serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma perante duas testemunhas.

Candelária, de 2017.

PAULO ROBERTO BUTZGE

Prefeito Municipal,
Contratante

.....

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Ass.:

Nome:

RG:

Ass.: